

Artigos originais

Teleconsultorias de fonoaudiologia em um serviço público de telessaúde de larga escala

Speech, Language and Hearing Sciences teleconsultations in a large public telehealth service

Aline Moreira Lucena⁽¹⁾

Erica de Araújo Brandão Couto⁽²⁾

Vinícius Soares Garcia⁽²⁾

Maria Beatriz Moreira Alkmim⁽¹⁾

Milena Soriano Marcolino^(1,2)

⁽¹⁾ Centro de Telessaúde do Hospital das Clínicas da Universidade Federal de Minas Gerais; Rede de Teleassistência de Minas Gerais (RTMG), Belo Horizonte (MG), Brasil.

⁽²⁾ Faculdade de Medicina, Universidade Federal de Minas Gerais, Belo Horizonte (MG), Brasil.

Fonte de auxílio: a Rede de Telessaúde de Minas Gerais é financiada por auxílio de pesquisa da FAPEMIG, CNPq e FINEP; a autora AML recebe bolsa FAPEMIG e MBMA recebe bolsa CNPq.

Conflito de interesses: inexistente

Recebido em: 12/02/2016

Aceito em: 15/09/2016

Endereço para correspondência:

Aline Moreira Lucena
Centro de Telessaúde – Hospital das Clínicas /UFMG
Avenida Alfredo Balena, nº110
Santa Efigênia
CEP: 30130-100
E-mail: amifono@hotmail.com

RESUMO

Objetivo: analisar o perfil das teleconsultorias de fonoaudiologia realizadas em serviço público de telessaúde de larga escala em Minas Gerais.

Métodos: foram analisadas todas as teleconsultorias consecutivas de fonoaudiologia realizadas de fevereiro de 2011 a maio de 2014. As teleconsultorias foram agrupadas de acordo com tipo de dúvida, profissional solicitante e área de atuação fonoaudiológica.

Resultados: as 259 teleconsultorias realizadas no período do estudo foram originadas de 81 municípios. A maior demanda de teleconsultorias foi dos próprios fonoaudiólogos (64,5%), seguidos de enfermeiros (27,0%) e médicos (5,0%). A maior parte das dúvidas eram assistenciais (81%), sendo que, destas, 35% eram para auxílio na definição diagnóstica e 65% para discussão de procedimentos e sugestão de condutas terapêuticas. Esta proporção foi semelhante, independente da formação do profissional solicitante: fonoaudiólogo e não fonoaudiólogo (65,7% vs. 64,9%, $p=1,00$). A maioria das dúvidas estava relacionada à área da linguagem (47%) e à motricidade oral (29%), seguidas de voz (20%), audiolgia (18%), disfagia (10%) e saúde pública (3%).

Conclusão: neste estudo, foi observado que a maioria das dúvidas para o serviço de teleconsultorias em fonoaudiologia estavam relacionadas à área da linguagem, mas há demanda em todas as áreas de abrangência da profissão. Embora o uso da teleconsultoria em fonoaudiologia seja ainda incipiente, observa-se grande potencial de utilização deste instrumento na prática clínica.

Descritores: Fonoaudiologia; Telemedicina; Informática em Saúde; Saúde Pública; Atenção Primária à Saúde

ABSTRACT

Purpose: to analyze the profile of Speech, Language and Hearing Sciences teleconsultations of a large scale public telehealth service in Minas Gerais, Brazil.

Methods: all Speech-Language Pathology teleconsultations performed from February 2011 to May 2014 were assessed and classified according to the type of questions, professional who sent the solicitation and the speech-language pathologist area of expertise.

Results: the 259 teleconsultations performed during the study period were originated from 81 cities. The majority of the solicitations were originated from speech-language pathologists (64.5%), followed by nurses (27.0%) and physicians (5.0%), and were related to patients' assistance (81%). Among these, 35% were about diagnosis and 65% about discussion of procedures and therapeutic approaches. There was no difference with regards to the type of solicitation and healthcare practitioner, whether speech-language pathologist or not (65.7% vs. 64.9%, $p=1.00$). The majority of the questions were about language (47%), followed by oral motor functions (29%), voice (20%), audiology (18%), dysphagia (10%) and public health (3%).

Conclusion: in this study, the majority of the solicitations to a Speech, Language and Hearing Sciences teleconsultation service were about language, although there was demand for all fields. Although the use of teleconsultations in Speech-Language Pathology, is still in its early stages there is great potential for using this tool in clinical practice.

Keywords: Speech, Language and Hearing Sciences; Telemedicine; Health Informatics; Public Health; Primary Health Care

INTRODUÇÃO

A atuação do fonoaudiólogo pressupõe aspectos generalistas e amplos, sendo este profissional capaz de projetar ações que identifiquem as questões fonoaudiológicas de maior relevância em sua comunidade. A elevada ocorrência de distúrbios da comunicação, audição e deglutição em pessoas que recorrem ao serviço público de saúde demonstra a necessidade de atender a esta demanda estruturando a assistência de acordo com a realidade atual. Isso requer uma adequação do serviço e o uso de configurações de atendimento que o tornem eficaz e igualitário¹. O desenvolvimento das tecnologias de comunicação possibilitou o seu uso na área de saúde com o surgimento da telessaúde. A experiência com a telessaúde vem se desenvolvendo de maneira rápida e crescente, difundida por vários países, e seu conceito extrapola os limites de uma videoconferência. Diferentes ferramentas tem sido utilizadas, como a teleconsultoria, o telediagnóstico e o telemonitoramento^{2,3}.

No Brasil, a telessaúde foi implementada na área pública com o intuito de fornecer suporte por meio de tecnologias de informação e comunicação, aos profissionais de saúde da Atenção Primária à Saúde (APS) de municípios remotos e, com isso, qualificar, ampliar a resolutividade e fortalecer a “Estratégia de Saúde da Família”⁴. É uma alternativa que disponibiliza ações estratégicas, atualmente para todos os níveis de atenção, facilitando o acesso da população a serviços especializados com qualidade e reduzindo o isolamento profissional. O Programa Telessaúde Brasil Redes busca melhorar a qualidade do atendimento e da APS no Sistema Único da Saúde (SUS), integrando ensino e serviço por meio de ferramentas de tecnologias da informação, que oferecem condições para promover a teleassistência e a teleeducação⁵. Estas práticas oferecem recursos de assistência à saúde a um número maior de pessoas, contribuindo para maior igualdade entre as populações e reforçando o aumento da qualidade, equidade e da eficiência dos serviços^{2,3}.

A teleconsultoria é uma das diversas modalidades da telessaúde, definida como a transferência de informações entre profissionais da saúde com necessidade de discutir um caso clínico ou obter segunda opinião, quando há necessidade de uma *expertise* inexistente no local⁶. As teleconsultorias possibilitam que ações sejam realizadas independente da distância geográfica e temporal. Podem ser realizadas de forma síncrona (em tempo real) ou assíncrona (comunicação a distância não sendo em tempo real), maximizando

o direito de todo e qualquer cidadão à saúde de qualidade⁷.

Na Fonoaudiologia, a utilização da telessaúde tem contribuído para facilitar o acesso de pacientes de áreas rurais e remotas a serviços de diagnóstico e terapia de qualidade, com diminuição de custos. Em 2004, foi descrita uma das primeiras ferramentas baseadas na *web* para diagnóstico, tratamento e educação à distância para a área fonoaudiológica. O sistema permitia que fonoaudiólogos pesquisassem o tratamento adequado para cada paciente, além de oferecer informações sobre a Fonoaudiologia^{8,9}.

O uso da telessaúde pela Fonoaudiologia no Brasil foi regulamentado pelo Conselho Federal de Fonoaudiologia, através da Resolução 427 de 1º de Março de 2013 que determina suas diretrizes. A Resolução esclarece que a Fonoaudiologia pode utilizar diversas ferramentas de telessaúde para prestação de serviços, incluindo: (i) teleconsultoria, “comunicação registrada e realizada entre profissionais, gestores e outros interessados da área da saúde e da educação, com o fim de esclarecer dúvidas sobre procedimentos clínicos, ações de saúde e questões relativas ao processo de trabalho”¹⁰; (ii) teleconsulta, “consulta clínica registrada e realizada pelo profissional à distância”¹⁰ (pode envolver fonoaudiólogo e paciente com outro fonoaudiólogo à distância, profissional de saúde e paciente presenciais e fonoaudiólogo à distância; e consulta entre fonoaudiólogo e paciente, ambos à distância); (iii) telediagnóstico, definido como a “utilização registrada de recursos tecnológicos à distância que permitam realizar serviços de apoio diagnóstico”¹⁰; (iv) telemonitoramento, que envolve o acompanhamento à distância de paciente previamente atendido de forma presencial; e (v) segunda opinião formativa, “resposta sistematizada, fundamentada em revisão bibliográfica e evidências clínico-científicas, advindas de dúvidas de teleconsultorias”^{3,10}.

No campo da APS em Fonoaudiologia, a telessaúde tem possibilitado a capacitação em saúde auditiva de agentes comunitários de saúde para o desenvolvimento de ações de promoção e proteção a saúde auditiva junto a gestantes, adultos, crianças, adolescentes e trabalhadores¹¹. A teleaudiologia tem se mostrado uma área de atuação promissora na adaptação de próteses e orientação de usuários de implante coclear. Um estudo descreve o caso de adaptação à distância realizado entre duas cidades brasileiras, comprovando que adaptações à distância por meio da internet podem permitir maior eficiência

na prestação deste serviço e com maiores chances de aceitação por parte do paciente do SUS¹².

No atendimento de pacientes usando ferramentas de área da saúde, é primordial o respeito ao sigilo, à confidencialidade e à privacidade das informações geradas¹³. A portaria 2546/2011 do Ministério da Saúde, que redefine e amplia o Programa Telessaúde Brasil, não deixa claro a obrigatoriedade com relação ao consentimento do paciente¹⁴, mas as instituições profissionais recomendam que os serviços de teleconsultorias estabeleçam e mantenham normas de medidas de segurança para proteger a confidencialidade do paciente. A Resolução do Conselho Federal de Medicina¹⁵, que obedece o teor da Declaração de Tel Aviv, afirma que “as informações sobre o paciente identificado só podem ser transmitidas a outro profissional com prévia permissão do paciente, mediante seu consentimento livre esclarecido”, o que vai de acordo com a Resolução 427/2013 (art.8º) do Conselho Federal de Fonoaudiologia¹⁰. Para garantir a privacidade e a confidencialidade dos dados dos pacientes e o sigilo profissional, o sistema de informações deve possuir mecanismos de acesso restrito e limitado a cada perfil de usuário, de acordo com a sua função no processo assistencial¹³.

Em Minas Gerais, a Rede de Teleassistência de Minas Gerais (RTMG) é um serviço público de telessaúde criado em 2005, que faz parte do Programa Telessaúde Brasil Redes, seguindo suas metas. Recebe financiamento do Ministério da Saúde, da Secretaria de Estado de Saúde de Minas Gerais e da Prefeitura de Belo Horizonte para executar as atividades de telessaúde em 750 dos 853 municípios do estado². A RTMG objetiva prestar serviços de qualidade a baixo custo, possibilitando a redução dos gastos com encaminhamento de pacientes para atendimento nos municípios de referência. Aos profissionais das diferentes áreas da saúde é oferecida a oportunidade de utilizar a plataforma de teleconsultorias da RTMG para compartilhar e discutir suas dificuldades. A Fonoaudiologia utiliza a plataforma de teleconsultorias desde 2011.

Santos e colaboradores, em estudo que investigou a distribuição dos fonoaudiólogos no estado de Minas Gerais e sua inserção no SUS, constatou a presença de 1.733 fonoaudiólogos atuando no estado em fevereiro de 2009, sendo que 67,8% trabalhavam no SUS. Dos 853 municípios mineiros, 505 (59%) não possuíam o profissional fonoaudiólogo no período investigado¹⁶. Frente a carência de fonoaudiólogos na APS em Minas Gerais e considerando a teleconsultoria

em Fonoaudiologia como uma ferramenta para ampliar a assistência à população mineira, este estudo foi elaborado com o objetivo de descrever o perfil das teleconsultorias na área da fonoaudiologia realizadas pela RTMG.

MÉTODOS

Esta pesquisa inclui-se no projeto nº 396/09, aprovado pelo Comitê de Ética da Universidade Federal de Minas Gerais.

Casística

Trata-se de um estudo descritivo, observacional. Foram incluídos neste estudo todos os registros de teleconsultorias consecutivas de Fonoaudiologia realizadas pela RTMG. Os dados utilizados referem-se ao período de fevereiro de 2011 a maio de 2014. Na ocasião, a RTMG atendia a Atenção Primária de 668 municípios do estado de Minas Gerais. Foram excluídas teleconsultorias com dados incompletos para o estudo (por exemplo: falta da pergunta ou campos em branco no sistema), repetidas no sistema, aquelas que referiam apenas a agradecimento, as que não eram específicas para o conhecimento da fonoaudiologia e aquelas caracterizadas como teleconsulta.

O sistema de teleconsultoria da RTMG é um sistema próprio, acessado mediante login e senha individuais, com conteúdo criptografado, garantindo a segurança e sigilo dos dados, conforme preconizado nos conselhos que regulamentam as práticas profissionais em telessaúde. As teleconsultorias são realizadas *off-line* (*assíncronas*), respondidas até 48 horas após o envio no site www.telessaude.hc.ufmg.br pelo profissional da área solicitada. A rede dispõe de profissionais de 47 especialidades da área da saúde¹⁷.

Quanto aos aspectos éticos, no caso do serviço da RTMG, incluindo as ações de teleconsultoria em Fonoaudiologia, é exigido o sigilo e responsabilidade dos profissionais com relação ao tratamento dos dados. No momento de cadastro para o uso do serviço da RTMG, os profissionais são treinados para utilização da plataforma de teleconsultoria. Neste treinamento, são orientados também quanto aos aspectos éticos: o preenchimento dos dados clínicos dos pacientes deve ocorrer mediante os cuidados éticos direcionados na Resolução 427 de 1º de Março de 2013, artigo 8º, o qual garante que “as informações que dizem respeito aos pacientes somente podem ser transmitidas a outro profissional com autorização prévia do mesmo

ou de seu representa legal, sob normas de segurança capazes de garantir a confidencialidade e integridade das informações”; e artigo 11º, que estipula que “o exercício da telessaúde por Fonoaudiólogo registrado no Brasil, prestado a clientes ou profissionais fora do país, deverá obedecer, obrigatoriamente, os princípios legais e éticos da profissão, estabelecidos em legislações brasileiras, além das normas e acordos internacionais de relacionamento profissional à distância”¹⁰.

As teleconsultorias direcionadas à Fonoaudiologia são respondidas por um único profissional experiente no ensino e assistência fonoaudiológica. Para envio e uso do sistema, os municípios e os profissionais solicitantes fazem um pré-cadastro, que é validado no Cadastro Nacional de Estabelecimentos de Saúde (CNES) e somente após este cadastro são treinados para uso da plataforma. No momento do envio é solicitado o preenchimento de 4 campos: (1) dados gerais (nome do paciente, nome da mãe, sexo e data de nascimento do paciente), (2) especialidade solicitada, (3) enfoque da dúvida (promoção à saúde e prevenção de doenças, diagnóstico, prognóstico ou plano de acompanhamento e tratamento), (4) pergunta (incluindo lista de problemas apresentados pelo paciente, medicamentos em uso, resultados de exames já solicitados e a dúvida que motivou a solicitação da teleconsultoria).

Embora a teleconsulta seja aceita pela resolução 427/2013 do Conselho Federal de Fonoaudiologia, o serviço da RTMG mantém a conduta sugerida pelo Manual de Telessaúde para Atenção Básica/ Protocolo de Resposta a Teleconsultorias/2013, que restringe a interação à distância entre o profissional de saúde e paciente no Brasil^{10,14}.

Procedimentos

Neste estudo, foram incluídas teleconsultorias consecutivas direcionadas à fonoaudiologia. Foram excluídas teleconsultorias repetidas, incompletas e teleconsultas. As teleconsultorias foram classificadas, por um único avaliador fonoaudiólogo, segundo a categoria do profissional solicitante, o município, o tipo de dúvida e a área de atuação da fonoaudiologia. Quanto ao tipo de dúvida, foram classificadas em: (1) educacional, quando há a solicitação de algum tipo de informação teórica, sugestão de referências bibliográficas, trocas de experiência ou informações gerais de uso da fonoaudiologia; ou (2) assistencial, quando a dúvida se refere ao atendimento de um caso clínico específico. Segundo a área de atuação

da fonoaudiologia, foram classificadas em: disfagia, linguagem, audiologia, motricidade orofacial, voz, saúde pública e fonoaudiologia educacional. Uma mesma teleconsultoria pode envolver mais de uma área.

Análise estatística

O banco de dados da pesquisa foi organizado em planilha Microsoft Office Excell 2007 e a análise estatística foi realizada utilizando o software SPSS versão 20.0. As variáveis categóricas foram descritas como número absoluto e/ou porcentagem. O teste qui-quadrado foi utilizado para avaliar a diferença da proporção dos tipos de dúvidas entre as categorias profissionais (fonoaudiólogo vs. não fonoaudiólogo). O nível de significância foi 0,05.

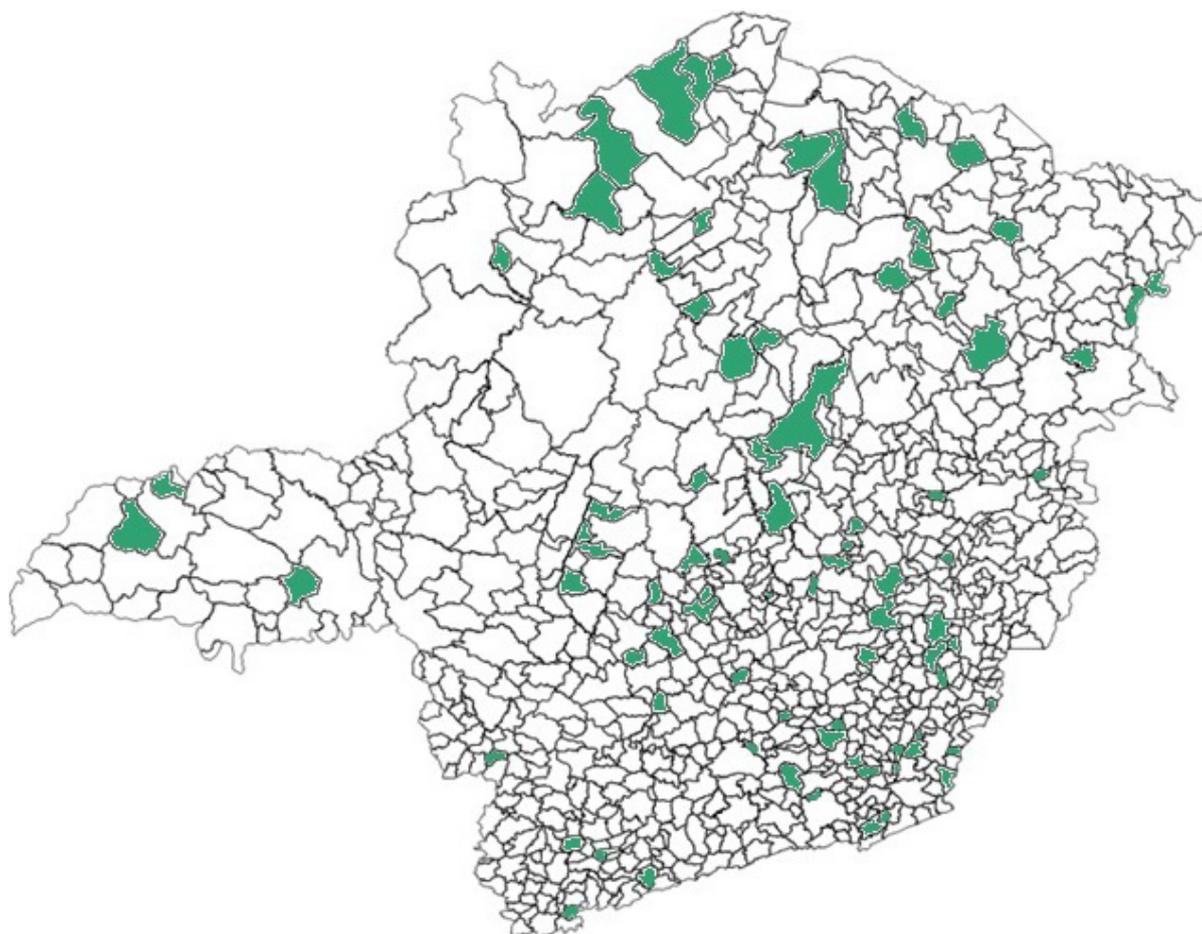
RESULTADOS

No período do estudo, foram realizadas 42.256 teleconsultorias para todas as especialidades na RTMG, sendo 321 (0,8%) em Fonoaudiologia. Destas, 62 (19,3%) foram excluídas pelos seguintes motivos: 43 eram repetidas no sistema, 13 não apresentaram pergunta (referindo-se apenas a agradecimento ou estavam com o campo em branco); 2 incompletas; 1 não era específica da fonoaudiologia e 3 se tratavam de teleconsulta.

As 259 teleconsultorias analisadas foram originadas de 81 municípios, que representam 12,1% dos municípios atendidos pela RTMG. A maioria dos municípios que solicitaram teleconsultorias são pertencentes à macroregião norte de Minas Gerais (Figura 1). A maior demanda de teleconsultorias foi dos próprios fonoaudiólogos (64,5%), seguidos de enfermeiros (27,0%), médicos (5,0%), e outros profissionais (3,5%): dentistas (3), psicólogos (3), fisioterapeutas (2) e farmacêutico (1).

A maioria das dúvidas eram assistenciais (81%). Destas, 65% eram para esclarecimento de condutas terapêuticas e 35% para definição diagnóstica. Não houve diferença na proporção de dúvidas assistenciais (81,4% vs. 80,4%, $p=0,86$) ou na proporção de dúvidas para esclarecimento terapêutico (65,7% vs. 64,9% , $p=1,00$) entre profissionais fonoaudiólogos ou não fonoaudiólogos.

As solicitações eram em sua maioria relacionada à área da linguagem (47,1%) e à motricidade oral (29,3%), seguidas de voz (20,1%), audiologia (18,1%), disfagia (10,0%), saúde pública (3,1%) e apenas 1,5%



Fonte: site IBGE, 2014 (modificado)

Figura 1. Municípios que solicitaram teleconsultorias durante o estudo

a fonoaudiologia educacional. É importante ressaltar que 29,1% das teleconsultorias abrangeram mais de uma área de atuação fonoaudiológica.

DISCUSSÃO

Os resultados demonstram que a maioria dos profissionais, fonoaudiólogos e não fonoaudiólogos solicitam teleconsultorias para solucionar dúvidas relacionadas ao atendimento de casos clínicos, e que há demanda para todas as áreas da Fonoaudiologia. As dúvidas nas áreas de linguagem e motricidade orofacial foram predominantes (47,1% e 29,3%, respectivamente). Por ser um estudo inicial e exploratório, não foi contemplado o detalhamento do tipo de população (infantil, adulto ou idoso) e as especificidades de cada área.

Trata-se de estudo pioneiro, não foi encontrado nenhum estudo original que analisasse a proporção de teleconsultoria por área de atuação em fonoaudiologia.

Spinardi e colaboradores, em revisão sistemática de estudos de fonoaudiologia e telessaúde, avaliaram a proporção dos estudos publicados até 2009 em relação a temas da fonoaudiologia. Entre os 25 estudos incluídos (23 internacionais e 2 nacionais), os temas mais abordados foram audição (34%), seguido de linguagem (19%) e fala (12%)⁹.

Embora não seja objeto do presente estudo, estudos anteriores^{8,9}, observaram que o uso da telessaúde na Fonoaudiologia possibilita a pacientes de áreas rurais e remotas o acesso a serviços de diagnóstico e terapia de qualidade, com importante diminuição de custos. A maioria dos municípios que solicitou teleconsultorias pertence à macrorregião norte do estado, região com índice de desenvolvimento humano semelhante a estados mais pobres do Norte de Nordeste do país¹⁸, poucos recursos na área da saúde e profissionais com dificuldade de acesso a estratégias de educação continuada.

Um estudo recente aponta as regiões centro e sul do estado como aquelas que possuem a maior gama de serviços e profissionais¹⁹. Estas regiões apresentam os melhores índices de alfabetização e de renda per capita do estado, tornando maiores as possibilidades de inserção de novos profissionais, especialmente os fonoaudiólogos no SUS. Nas regiões norte e noroeste do estado também ocorreu um crescimento do número de profissionais de Fonoaudiologia. Na região norte havia 52 fonoaudiólogos em 2005 e 100 em 2010 (aumento de 92%); na Região Noroeste 37 fonoaudiólogos em 2005 e 44 em 2010 (aumento de 19%). Quando comparada a outras macrorregiões, o número de profissionais ainda é muito reduzido demonstrando uma grande disparidade entre as regiões¹⁹. Em se tratando de um estado extenso (586.522.122 km², IBGE) com população estimada de 20.743.097 distribuída em 853 municípios, as teleconsultorias possibilitam um tratamento de melhor qualidade ao paciente em locais onde não há serviços suficientes e promovem a capacitação e atualização dos profissionais, diminuindo a heterogeneidade de conduta^{8,9}.

O presente estudo nos leva a pensar sobre a importância de se traçar um perfil dos fonoaudiólogos usuários do serviço de teleconsultoria da RTMG, o que daria subsídios para se refletir sobre a motivação do profissional para buscar o serviço e as condições de acesso. Ao mesmo tempo, deve-se refletir sobre as características que compõem o perfil do fonoaudiólogo que atua como teleconsultor. Considerando que a teleconsultoria tem como objetivo esclarecer dúvidas sobre procedimentos clínicos, ações de saúde e questões relativas ao processo de trabalho¹⁰, este profissional deverá ter uma formação acadêmica e uma prática profissional que o habilite a realizar as ações de teleconsultor. É evidente a condição de uma formação e atuação generalistas, mas outros aspectos que envolvam a ética e o cuidado devem ser considerados como características necessárias ao fonoaudiólogo teleconsultor. Trata-se de um tema difícil, pois, embora a Telessaúde e os serviços prestados à distância já façam parte do cenário fonoaudiológico, os cursos de graduação não contemplam o conteúdo em seus currículos, levando o profissional egresso que queira atuar em Telessaúde, a buscar o aprendizado na própria prática. O crescimento da Telessaúde em Fonoaudiologia exige que se inclua o tema nos currículos de graduação e pós graduação.

A literatura mostra poucos estudos^{20,21} que abordam o perfil do fonoaudiólogo, seja com relação a mercado

de trabalho, seja com relação as áreas de atuação. No entanto, como tais estudos são caracteristicamente regionalizados, diversas regiões do Brasil permanecem sem qualquer tipo de avaliação²⁰. No estado de Minas Gerais, há um único estudo realizado com egressos do Curso de Fonoaudiologia da Universidade pública, no qual foi relatado que os profissionais atuantes em Fonoaudiologia, em sua maioria (44,8%), trabalham de forma autônoma. As outras formas citadas pelos egressos foram: contratada (26,9%), no funcionalismo público municipal (16,4%), prestação de serviços (14,9%), trabalho voluntário (4,5%) e funcionalismo público estadual (3,0%)²¹. Estes dados auxiliam na reflexão sobre o perfil do profissional que busca o apoio do serviço de teleconsultoria. O profissional que atua no serviço público está exposto a uma demanda de tratamento numerosa e complexa por sua diversidade, o que exige um processo contínuo de atualização profissional de métodos, técnicas inovadoras e atuação multidisciplinar, levando-os a buscarem o apoio e recursos proporcionados pela teleconsultoria.

Considerando o total de teleconsultorias da RTMG, o número de teleconsultorias em Fonoaudiologia (0,8%) é considerado pouco expressivo. Possíveis hipóteses que podem ser aventadas incluem falta de divulgação da existência da teleconsultoria em fonoaudiologia nos municípios; não abordagem do tema na graduação, tendo em vista que o mesmo não faz parte das diretrizes curriculares; e até o desconhecimento de parte dos profissionais não fonoaudiólogos da atuação do fonoaudiólogo na APS. Dessa forma, é imperativa a necessidade de maior divulgação do serviço de teleconsultorias em fonoaudiologia frente ao profissional da APS, com ações mais diretas como, por exemplo, contato telefônico com os municípios não usuários para divulgar a existência da especialidade, disponibilização de artigos no site sobre a prática da fonoaudiologia e realização de webaulas. A metodologia utilizada para implantação do serviço nos municípios também merece revisão, pois atualmente é o gestor local quem escolhe os profissionais a serem treinados para uso do sistema, sendo a grande maioria dos participantes médicos ou enfermeiros. A maior representatividade de fonoaudiólogos nos treinamentos de implantação poderia contribuir para maior utilização por parte destes profissionais.

No presente estudo, observou-se que os profissionais solicitaram mais teleconsultorias para intervenção do que para diagnóstico. A ação da Fonoaudiologia no Sistema de Saúde é recente e lida

com adversidades, como a falta de formação profissional para a atuação na APS, desconhecimento do SUS e possibilidades de atuação do fonoaudiólogo nesse contexto, além da existência de demanda reprimida para o atendimento fonoaudiológico, o que levou à opção pela intervenção clínica na rede básica de atendimento à saúde²². Esta realidade pode justificar a elevada proporção de teleconsultorias para solucionar dúvidas quanto à intervenção. O profissional busca no serviço de teleconsultoria atualização e capacitação em novas técnicas de intervenção, por meio de um processo de educação permanente, uma das metas do Programa Telessaúde Brasil Redes do qual o serviço de teleconsultoria analisado participa⁵.

O estudo demonstra que as teleconsultorias são provenientes de profissionais da área da Fonoaudiologia dos diversos municípios de Minas Gerais e que também outros profissionais da área da saúde buscam a opinião de um especialista para melhor conduzir casos específicos recebidos em cada unidade. A atuação na APS requer, além de uma abordagem generalista, competências que contemplem a ampla e complexa variedade de demandas de uma população carente. Um dos pressupostos básicos do Sistema Único de Saúde (SUS) é a universalização do cuidado, que leva universalização do conhecimento. O profissional passa a interessar-se ou ter a necessidade de se apropriar de conteúdos de outras especialidades. Esta universalização do conhecimento, assim como os pressupostos de integralidade, equidade e inclusão social, conduz o profissional para uma crescente atualização dos cuidados com a saúde, mantendo-se atento ao surgimento de novas técnicas de diagnóstico e intervenção²³.

Os resultados indicaram não haver diferença entre o tipo de dúvidas assistenciais (diagnóstico e intervenção) entre fonoaudiólogos e não fonoaudiólogos. Este dado sugere que profissionais de diferentes especialidades estão atentos e informados quanto às alterações de comunicação e seu impacto na qualidade de vida dos sujeitos. Por outro lado, considerando que a intervenção fonoaudiológica é restrita a esta profissão, há risco de se estar instrumentalizando o profissional de outra especialidade para tratamento. Para tanto, as dúvidas sobre intervenção eram sempre acompanhadas de uma argumentação no sentido de fazer este profissional compreender que a teleconsultoria não seria suficiente para resolver a intervenção, sendo necessário buscar uma equipe multiprofissional, com um fonoaudiólogo presente. Algumas

das limitações do presente estudo estão relacionadas com seu desenho metodológico. Trata-se de estudo retrospectivo, envolvendo observação e informações recuperadas dos arquivos do serviço de teleconsultoria. Assim, é inevitável que algumas informações que foram consideradas importantes durante a condução do estudo não tenham sido coletadas, como por exemplo, a descrição do perfil do profissional fonoaudiólogo cadastrado e solicitante do serviço. O tipo de população beneficiada no atendimento, como idade e gênero, é uma informação ausente no banco de dados deste estudo. Outro dado ausente neste estudo foi a efetividade dos benefícios alcançados pela população. Estas informações iriam poder ser consideradas uma demanda de estudos futuros.

Por outro lado, pontos positivos devem ser ressaltados: trata-se de estudo pioneiro sobre a atuação da Fonoaudiologia em um serviço de telessaúde em larga escala no estado de Minas Gerais com contribuições importantes para o desenvolvimento deste tipo de assistência a profissionais e usuários na Atenção Primária, além de divulgar a existência deste serviço entre os profissionais fonoaudiólogos, aumentando seu interesse e participação na área da telessaúde.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

A formação do fonoaudiólogo requer diversas competências, devendo contemplar as adversidades típicas de uma população carente de atendimento apropriado para as suas demandas e a crescente atualização frente aos avanços tecnológicos no cuidado com a saúde. Embora o uso da teleconsultoria em Fonoaudiologia seja ainda incipiente, observa-se um grande potencial de utilização deste instrumento na prática clínica. A Fonoaudiologia pode se apoiar nos recursos da telessaúde para ampliação da assistência e prevenção de distúrbios que possam prejudicar a qualidade de vida dos cidadãos.

Este estudo se propôs a analisar e classificar as teleconsultorias de fonoaudiologia em um serviço público de larga escala, sendo a maior demanda dos próprios fonoaudiólogos; a grande maioria eram assistenciais divididas em diagnóstico (35%) e condutas terapêuticas (65%). As solicitações eram na sua maioria da área da linguagem, seguido de motricidade oral, voz e audiologia.

As características das teleconsultorias descritas neste estudo sugerem uma demanda específica para ações de teleconsultorias em Fonoaudiologia na Atenção Primária. A caracterização do serviço

possibilita reflexões quanto às melhorias necessárias para uma prática ética e que amplie acesso aos cuidados em saúde para um maior número de usuários na APS.

Sugere-se investir na divulgação do serviço da RTMG, frente ao profissional de fonoaudiologia, além de incluir participação do profissional Fonoaudiólogo nos treinamentos de implantação, o que poderá acarretar maior adesão dos profissionais à utilização do sistema em sua rotina profissional.

REFERÊNCIAS

- Moreira MD, Mota HB. Os caminhos da fonoaudiologia no Sistema Único de Saúde – SUS. *Rev. CEFAC*. 2009;11(3):516-21.
- Marcolino MS, Alkmim MBM, Assis TG, Palhares DMF, Silva GAC, Cunha LR et al. A Rede de Teleassistência de Minas Gerais e suas contribuições para atingir os princípios de universalidade, equidade e integralidade do SUS – relato de experiência. *R Eletr de Com Inf Inov Saúde*. [periódico na Internet]. 2013 [acesso em outubro 2014]; 7(2):1-21. Disponível em: www.reciis.icict.fiocruz.br/index.php/reciis/article/view/480.
- Spinardi-Panes AC, Lopes-Herrera SA, Maximino LP. Aspectos éticos e legais na prática da telessaúde em fonoaudiologia. *Rev. CEFAC*. 2013;15(4):1040-3.
- Brasil, Ministério da Saúde [internet]. Portaria n. 402, de 24 de fevereiro de 2010. [Citado em 02 de dezembro de 2015]. Disponível em: http://bvsms.saude.gov.br/bvs/saudelegis/gm/2010/prt0402_24_02_2010.html
- Brasil, Ministério da Saúde.[internet]. Telessaúde Brasil Redes: História do Telessaúde. [Citado em 03 ago 2015]. Disponível em: <http://programa.telessaudebrasil.org.br/vhl/expansao/sobre-teste/>
- Nerlich M, Balas EA, Schall T, Stieglitz SP, Filzmaier R, Asbach P et al. Teleconsultation practice guidelines: report from G8 Global Health Applications Subproject 4. *Telemed J E Health*. 2002;8(4):411-8.
- Hill A, Theodoros D. Research into telehealth applications in speech-language pathology. *J Telemed Telecare*. 2002;8(4):187-96.
- Pierrakeas C, Georgopoulos VC, Malandraki, GA. Online collaboration environments in telemedicine applications of speech therapy. 27th Annual International Conference of the; 17-18 Jan 2006; Shangai, China: IEEE Engineering in Medicine and Biology Society; 2005.
- Spinardi ACP, Blasca WQ, Wen CL, Maximino LP. Telefonaudiologia: ciência e tecnologia em saúde. *Pró-Fono R Atual Cient*. 2009;21(3):249-54.
- Conselho Federal de Fonoaudiologia. Resolução n. 427, de 1 de março de 2013. Dispõe sobre a regulamentação da Telessaúde em Fonoaudiologia e dá outras providências. *Diário Oficial da União*. 2013; Seção 1:158.
- Conceição HV, Barreira-Nielsen C. Capacitação em saúde auditiva: avaliação da ferramenta no programa Telessaúde Brasil. *Rev. CEFAC*. 2014;16(5):1426-33.
- Penteado SP, Ramos SL, Battistella LR, Marone SM, Bento RF. Adaptação à distância de próteses auditivas acústicas: a teleaudiologia aplicada na melhoria da condução das Políticas Públicas no Brasil. *Int. Arch. Otorhinolaryngol*. 2012;16(3):371-81.
- Rezende EJC, Melo MCB, Tavares EC, Santos AF, Souza C. Ética e telessaúde: reflexões para uma prática segura. *Rev Panam Salud Publica*. 2010;28(1):58-65
- Brasil, Ministério da Saúde [internet]. Manual de Telessaúde para a Atenção Básica / Atenção Primária a Saúde. Protocolo de resposta a teleconsultorias. Universidade Federal do Rio Grande do Sul. – Brasília; 2013 - [citado em 01 de ago 2015]. Disponível em: http://189.28.128.100/dab/docs/portaldab/publicacoes/resposta_teleconsultorias.pdf
- Conselho Federal de Medicina. Resolução n 1643, de 07 de agosto de 2002. Define e disciplina a prestação de serviços através da Telemedicina. *Diário Oficial da União*. 2002, Seção 1:205.
- Santos JN, Maciel FJ, Martins VO, Rodrigues ALV, Gonzaga AF, Silva LF. Inserção dos fonoaudiólogos no SUS/MG e sua distribuição no território do estado de Minas Gerais. *Rev. CEFAC*. 2012;14(2):196-205.
- Centro de Telessaúde – Hospital das Clínicas. UFMG – Belo Horizonte. [Citado em 04 out 2015]. Disponível em: <http://telessaude.hc.ufmg.br/servicos/teleconsultorias/>

18. Índice de Desenvolvimento Humano Municipal Brasileiro. Brasília: PNUD, Ipea, FJP, 2013.96p. [citado em 10 de out 2015]. Disponível em: <http://atlasbrasil.org.br>
19. Ferreira CL, Silva FR, Martins-Reis VO, Friche AA, Santos JN. Distribuição dos fonoaudiólogos na atenção à saúde no estado de Minas Gerais entre 2005 e 2010. Ver. CEFAC. 2013;15(3):672-80.
20. Silva DGM, Sampaio TMM, Bianchini EMG. Percepções do fonoaudiólogo recém-formado quanto a sua formação, intenção profissional e atualização de conhecimento. Rev Soc Bras Fonoaudiol. 2010;15(1):47-53.
21. Teixeira LC, Rodrigues ALV, Santos JN, Cardoso AFR, Gama ACC, Resende LM. Trajetória profissional de egressos em Fonoaudiologia. Rev. CEFAC. 2013;15(6):1591-600.
22. Fernandes TL, Nascimento CMB, Sousa FOS. Análise das atribuições dos fonoaudiólogos do NASF em municípios da região metropolitana do Recife. Rev. CEFAC. 2013;15(1):153-9.
23. Alkmim MBM, Abreu MP, Carvalho GG, Alkmim EM, Ribeiro ALP, Figueira RM. Boas práticas em teleassistência: a experiência de dois anos do Centro de Telessaúde do Hospital das Clínicas da UFMG. Em: XI Congresso Brasileiro de Informática em Saúde: 2008; Nov 29-03; Campos do Jordão.